

# COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

## PROJETO DE LEI Nº 1.927, DE 2023

Institui o Cadastro Unificado Virtual de Diplomas Registrados.

**Autor:** Deputado LUCAS RAMOS

**Relator:** Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.927, de 2023, institui o Cadastro Unificado Virtual de Diplomas Registrados, com o objetivo de unificar informações sobre diplomas de cursos de graduação e pós-graduação expedidos por Instituições de Educação Superior.

Trata-se de instituir um sistema de consulta da autenticidade de diplomas, certificados de conclusão e históricos escolares de cursos superiores, a ser criado, mantido e regulamentado pelo órgão do Poder Executivo Federal responsável pela supervisão nacional do ensino superior.

A Proposição está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, em regime de tramitação ordinário, e foi distribuída, para análise de mérito, à Comissão de Educação; e às Comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania, para as análises previstas no art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao Projeto, nesta Comissão.

### II - VOTO DO RELATOR



O Projeto de Lei nº 1.927, de 2023, institui o Cadastro Unificado Virtual de Diplomas Registrados, com o objetivo de unificar informações sobre diplomas de cursos de graduação e pós-graduação expedidos por Instituições de Ensino Superior em território nacional, bem como de diplomas expedidos por instituições estrangeiras que já tenham sido revalidados ou reconhecidos, conforme o caso.

Como argumenta o autor em sua justificção,

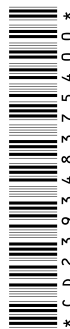
Com a criação do cadastro, as instituições de ensino, empregadores e outros interessados podem consultar e validar a autenticidade dos diplomas com maior facilidade, evitando que diplomas falsos sejam utilizados indevidamente para ingresso ou permanência no mercado de trabalho. Também se propõe a enfrentar a problemática das instituições de ensino superior que encerram suas atividades e deixam de resguardar o acesso aos alunos e ex-alunos a diploma e histórico escolar.

Trata-se de importante iniciativa para os estudantes brasileiros e para os empregadores. Observe-se que, desde 2018, as instituições de educação superior, públicas e privadas, pertencentes ao sistema federal de ensino, já são obrigadas a emitir o Diploma Digital, que abrange o registro e o respectivo histórico escolar.

Conforme preveem as normas infralegais vigentes, cada instituição deve manter seu próprio banco de informações de registro de diplomas. Entendemos que a proposição sob análise avança ainda mais no tema, ao instituir cadastro unificado e facilitar, assim, a consulta pública a qualquer diploma de graduação ou pós-graduação registrado no Brasil.

Somos, portanto, favoráveis à matéria, com aperfeiçoamentos. Por isso, apresentamos substitutivo à proposição para aperfeiçoar a redação e a técnica legislativa em alguns pontos e para alterar o §1º do art. 4º do texto original, de forma a deixar claro que a implementação do Diploma Digital será obedecida por todas as Instituições de Ensino Superior do País, e não somente por aquelas pertencentes ao sistema federal de ensino.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do PL nº 1.927, de 2023, na forma do substitutivo em anexo.



Sala da Comissão, em 26 de Setembro de 2023.

Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ  
Relator



## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

### SUBSTITUTIVO AO PL Nº 1.927, DE 2023

Institui o Cadastro Unificado Virtual de Diplomas Registrados.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei institui o Cadastro Unificado Virtual de Diplomas Registrados, com o objetivo de unificar informações sobre diplomas de cursos de graduação e de pós-graduação registrados por Instituições de Ensino Superior (IES) sediadas no território nacional.

Art. 2º Fica instituído o Cadastro Unificado Virtual de Diplomas Registrados, que funcionará como um sistema de consulta da autenticidade de diplomas, certificados de conclusão e históricos escolares de cursos de graduação e de pós-graduação, com as seguintes finalidades:

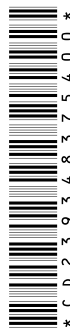
I - desburocratizar e modernizar a comprovação da formação recebida por titulares de diploma de curso superior;

II - propiciar aos estudantes e demais interessados a possibilidade de consultar virtualmente, em tempo real, a autenticidade de diplomas, certificados e históricos escolares;

III - conferir segurança e autenticidade a diplomas expedidos e registrados pelas IES públicas e privadas;

IV – reduzir o risco de aceitação de diplomas e demais registros de cursos superiores falsificados;

V – evitar danos aos alunos que concluíram o curso superior em IES descredenciadas ou que tiverem as atividades suspensas definitivamente.



Art. 3º Serão incluídas no sistema de consulta do Cadastro Unificado Virtual de Diplomas Registrados informações, em língua portuguesa, sobre:

I – diplomas, certificados de conclusão e históricos escolares de cursos de graduação e de pós-graduação expedidos por IES sediadas no território nacional;

II - diplomas de graduação e pós-graduação *stricto sensu* expedidos por instituições de ensino superior estrangeiras devidamente revalidados ou reconhecidos na forma do art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Parágrafo Único - A implementação do Cadastro de que trata esta Lei não desobriga as IES de proceder à expedição e, quando for o caso, o registro de diploma, de histórico escolar e de certificado de conclusão de curso, e não enseja a cobrança de qualquer valor pelos referidos serviços educacionais.

Art. 4º Qualquer cidadão poderá consultar o sistema de consulta do Cadastro Unificado Virtual de Diplomas Registrados.

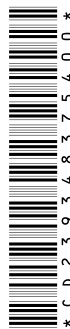
§ 1º A consulta pública do Cadastro Unificado Virtual de Diplomas Registrados permitirá a visualização das informações necessárias e suficientes à comprovação da formação do respectivo titular, observado o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados, e os parâmetros estabelecidos em regulamento.

§ 2º O sistema de consulta contemplará, pelo menos, as seguintes funcionalidades acessíveis pelo titular do diploma, em ambiente virtual de acesso restrito:

I – a geração automática de certidão, que servirá como comprovação idônea da formação do titular do diploma;

II - a representação visual do diploma digital expedido pela IES.

§ 3º O órgão do Poder Executivo Federal responsável pela supervisão nacional do ensino superior disponibilizará em seu sítio eletrônico



um local para consulta de código de validação da certidão e da representação visual do diploma digital a que se refere o §2º.

Art. 5º O Cadastro Unificado Virtual de Diplomas Registrados será criado, mantido e regulamentado pelo órgão do Poder Executivo Federal responsável pela supervisão nacional do ensino superior.

Art. 6º As IES deverão implementar, nos prazos estabelecidos no regulamento, o Diploma Digital de cursos superiores de graduação e de pós-graduação, e fornecer de modo tempestivo e detalhado todas as informações necessárias para o cumprimento desta Lei.

§ 1º Aplica-se o disposto no *caput* deste artigo às IES descredenciadas, por ação voluntária ou decorrente de procedimento sancionador, na forma prevista no respectivo despacho de descredenciamento.

§ 2º O descumprimento do disposto *caput* deste artigo sujeitará a IES, conforme o caso, às penas de:

I – descredenciamento, na forma estabelecida no regulamento, assegurado prazo razoável para a regularização da situação;

II – vedação de recredenciamento, sem prejuízo da reparação dos danos causados aos alunos contratantes.

Art. 7º Na implementação do Cadastro Unificado Virtual de Diplomas Registrados priorizar-se-á, sempre que possível, as plataformas digitais já existentes de relacionamento do cidadão com o governo federal brasileiro.

Art. 8º Para fins desta Lei, aplicar-se-á, no que couber, o disposto na Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021, e na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Art. 9º O regulamento poderá estabelecer etapas para a inclusão escalonada no sistema de consulta das informações relativas aos diplomas expedidos anteriormente à data da publicação desta Lei, desde que o prazo de implementação integral não ultrapasse 5 (cinco) anos da data da publicação desta Lei.



Art. 10. Esta Lei entra em vigor no prazo de 2 (dois) anos a contar da data da sua publicação.

Sala da Comissão, em 26 de Setembro de 2023.

Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ  
Relator

